

Concorrência Eletrônica nº 20260007 - SOP

Processo nº 43022.003505/2025-47

UASG: 943001

Número Comprasnet: (95053/2026)

A **Superintendência de Obras Públicas – SOP**, por intermédio da **Comissão de Contratação 06**, designada por ato do Governador do Estado pelo Decreto nº 35.987, de 10 de maio de 2024 e ,Decreto nº 36.446 de 19 de fevereiro de 2025, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, **do Tipo Técnica e Preço**.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de Técnica e Preço por item,, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.2. Será adotado o modo de disputa **fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

1.3. Não haverá a etapa de lances.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Lei Complementar Estadual nº 334/2024 e Decreto Estadual nº 36.445/2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a **contratação de empresa de consultoria para Execução de Apoio Especializado na Gestão Técnica do Planejamento, Planos de Ação, Controles e Monitoramentos de Manutenção e Conservação das Infraestruturas Viárias sob Administração da Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará – SOP-CE**, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2. A licitação será realizada por item conforme tabela constante do Termo de Referência.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos *sítios* www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Comissão de Contratação 06.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A Comissão Central de Contratação atende pelo telefone (85) 3125.9597 e pelo e-mail: cel06@pge.ce.gov.br

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **04 de maio de 2026.**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **25 de junho de 2026, às 10:00h.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO: **25 de junho de 2026, às 10:00h.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Classificação Funcional: 43200007.26.782.261.11637 – Apoio a Gestão Rodoviária; Elemento de Despesa: 449035 – Serviços de Consultoria; Região: 03 – Grande Fortaleza; Fonte: (704) - (044) – Indenização pela Extração de Petróleo Xisto e Gás - Royalties.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Nos termos do art. 4º, § 1º, II da lei 14.133/2021, as disposições constantes dos arts. 42 a 49

da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 não se aplicam à presente contratação.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.3.1. O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.5.12. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.5.12.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

9.5.13. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6. É permitida a participação de consórcio, nos termos do Decreto Estadual nº 35.067/2022 e o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

9.6.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.6.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.6.2.1. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.6.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.6.4. Os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, possuem responsabilidade solidária de todos os seus integrantes;

9.6.4.1. O compromisso de constituição de consórcio e o contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor deverão conter cláusula de responsabilidade solidária;

9.6.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

9.6.6. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

9.6.6.1. Para cumprimento do subitem anterior, faz-se necessário também a demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste edital e/ou seus anexos, quando houver.

9.6.7. Para o consórcio haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

9.6.7.1. O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e empresas de pequeno porte.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões da **Comissão de Contratação 06**, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, art. 47-E da Lei Complementar nº 334/2024 e Decreto Estadual nº 36.445/2025.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, a Comissão poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço, cel06@pge.ce.gov.br, até as 23h59min do prazo citado no subitem 10.1, com a informação do nº da Concorrência, o órgão ou entidade promotor da licitação e a Comissão responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 9.681.453,27 (Nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos)**, conforme os custos unitários apostos na tabela constante no Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no Anexo I - Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

12.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.3.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.3.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.3.4.

12.3.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 12.3.1 ao 12.3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital;

12.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.

12.6. Após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação da Comissão, os documentos de habilitação.

12.7. Aberta a sessão pública, não será permitida a substituição das propostas e documentos de habilitação ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Permitido ainda, a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data prevista para o recebimento. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.7.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.7.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.7.3. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Comissão mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.8 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

13. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos previsto no Termo de Referência.

13.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta técnica e a proposta de preços, anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

14.4. Os licitantes apresentarão simultaneamente as propostas de técnica e de preço, observado o disposto no art. 33 e no § 1º do art. 36 da Lei Federal 14.133/2021.

14.5. Iniciada a sessão pública, a Comissão informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos deste edital.

14.5.1. Eventual postergação do prazo a que se refere este subitem deve ser comunicada tempestivamente pela Comissão, via sistema.

14.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.7. O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.

14.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

14.9. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

14.9.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

14.9.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

14.9.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.9.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.10. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.10.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.10.2. Empresas brasileiras;

14.10.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.10.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.11. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, via sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.11.1. Na impossibilidade do sorteio via sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.12. Encerrada a etapa de análise das propostas os licitantes serão convocados pela comissão para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, anexar no sistema da realização do certame o comprovante de recolhimento da garantia de propostas.

14.12.1. Somente poderão apresentar proposta readequada os licitantes que tenham recolhido, **no prazo de até o dia da data da abertura do certame**, quantia a título de garantia de proposta, **correspondente à 1% (um por cento) do valor total estimado da licitação, orçado pela CONTRATANTE**, sendo tal exigência considerada como requisito de **PRÉ-HABILITAÇÃO**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 34 do Decreto 35.067/2022. A referida garantia será prestada em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida lei, conforme § 4º do já citado art. 58.

14.12.2. As propostas de preços apresentadas por licitantes que não tenham efetuado o recolhimento da garantia de que trata o item 14.12.1, serão consideradas automaticamente desclassificadas do certame.

14.12.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme art. 58, §2º da Lei nº 14.133/2021.

14.12.4. A validade da garantia da proposta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias, prorrogável até a assinatura do contrato.

14.12.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, conforme art. 58, §3º da Lei nº 14.133/2021.

14.12.6. Adotada a modalidade caução em dinheiro, o licitante transferirá para a Administração o valor correspondente ao estabelecido no item 14.12.1, mediante recebimento de comprovante, que será restituída no prazo estabelecido no item 14.12.3, atualizada monetariamente.

14.13. Encerrado o prazo estabelecido no subitem 14.12, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

14.13.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.13.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

14.14. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.15. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, enviar a proposta adequada à negociação realizada.

14.16. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC)CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões da Comissão se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.15 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Será desclassificada a proposta que:

15.9.1. Contiver vícios insanáveis;

15.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência.

15.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.9.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.10. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.11. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

15.12. Serão consideradas presumivelmente inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução observado o disposto no item 15.12.1.

15.12.1. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.13. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e em caso de empreitada por preço unitário, se dará em razão dos custos unitários se encontrarem superiores aos orçados pela Administração, conforme planilha anexa ao edital;

15.14. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.14.1. A garantia adicional será apresentada no mesmo prazo e condições da garantia contratual, conforme disposto no subitem 6.2 do Termo de Referência.

15.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

15.16. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

15.17. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observada as regras e condições previstas no Anexo I – Termo de Referência.

15.18. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

15.19. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT), de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência.

15.20. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, a Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

15.21. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NPP), de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência.

15.22. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – Termo de Referência.

15.23. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 14.5 e 14.5.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 9.4 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

16.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação e inabilitação, respectivamente, a declaração de que trata o subitem 12.3.1 e 12.3.4 deste edital.

16.7. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.8. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, a Comissão reputará o licitante inabilitado.

16.9. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.10. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão.

16.10.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão da Comissão importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre à Comissão e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,9% (zero vírgula nove por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da entidade contratante, se não o fizer será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela Administração.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto

nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, na forma estabelecida no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, poderá ser convidado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, sanções, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso nos Anexos I e VII – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

20.8. Das Garantias contratual

20.8.1. Serão exigidas garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1 As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

21.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.4. A contratante, garantida a ampla defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133/21, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluí-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pela Comissão mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

22.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultada à Comissão ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Comissão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida o licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO A.1. – Justificativa dos Preços Adotados

ANEXO A.2. – Orçamento

ANEXO A.3. – Cronograma Físico-financeiro

ANEXO A.4. – Especificações Técnicas

ANEXO II – Encargos Sociais

ANEXO III – Carta Proposta

ANEXO IV – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO V – Diretrizes para Elaboração da Proposta Técnica

ANEXO VI – Critérios de Julgamento da Proposta Técnica e Preço

ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO VIII – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria/Declaração

ANEXO IX – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

ANEXO X – Modelo de Declaração de Autenticidade dos documentos (Anexar com a documentação de habilitação)

ANEXO XI – Modelo da Relação de Compromissos Assumidos pelo Licitante (Anexar com a documentação de habilitação)

Fortaleza/CE, 22 de abril de 2026.

José Valdeci Rebouças
Superintendente de Obras Públicas - SOP

José Ilo de Oliveira Santiago
Superintendente Adjunto de Rodovias

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 43022.003505/2025-47 (SUITE)

UNIDADE REQUISITANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE**1. DO OBJETO**

1.1. Serviços de **contratação de empresa de consultoria para Execução de Apoio Especializado na Gestão Técnica do Planejamento, Planos de Ação, Controles e Monitoramentos de Manutenção e Conservação das Infraestruturas Viárias sob Administração da Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará – SOP-CE** de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, sob regime de execução indireta por preço unitário de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR GLOBAL
1.	Contratação de empresa de consultoria para Execução de Apoio Especializado na Gestão Técnica do Planejamento, Planos de Ação, Controles e Monitoramentos de Manutenção e Conservação das Infraestruturas Viárias sob Administração da Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará – SOP-CE	R\$ 9.681.453,27 (Nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos)

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Da Matriz de Risco

2.2.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

I – Questionamentos sobre critérios do edital

II – Desconto excessivo nas propostas

III – Modificação justificada das especificações técnicas

2.2.3. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

I – Substituição de profissional da equipe chave

II – Atraso na entrega dos relatórios técnicos e mapas temáticos

III – Obsolescência tecnológica ou deficiência de equipamentos

IV – Acidentes com equipe ou terceiros nos levantamentos

V – Falta de disponibilidade orçamentária

2.2.4. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o contratante e 50% (cinquenta por cento) para o contratado:

I – Dificuldade de integração entre a contratada e a SOP/CE

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano(s), contado do(a) assinatura do contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que tem necessidade permanente da administração, cuja interrupção comprometeria a regularidade e a eficiência das atividades institucionais da Superintendência de Obras Públicas (SOP), no caso em análise, os serviços de apoio técnico ao planejamento, acompanhamento, controle e monitoramento da manutenção e conservação da infraestrutura viária demandam execução ininterrupta, com avaliações sistemáticas, atualização contínua de bases técnicas, monitoramento recorrente do desempenho da malha rodoviária e suporte permanente às decisões administrativas e operacionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a descontinuidade dos serviços acarretaria prejuízos à segurança viária, a eficiência do planejamento, a adequada aplicação dos recursos públicos e ao cumprimento das atribuições finalísticas da SOP.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da necessidade da contratação perfaz pela temática da gestão técnica do planejamento, controle e monitoramento da manutenção e conservação das infraestruturas viárias é peça fundamental para o fortalecimento do escopo de Planejamento de um Órgão Rodoviário. A execução dessas atividades, aliadas à uma célula de planejamento estruturada, otimizam recursos físicos e financeiros, garantindo rodovias de melhor qualidade e mais seguras para seus usuários.

Os serviços previstos no Edital proporcionarão uma redução de custos operacionais através de abordagens proativas que permitem intervenções mais assertivas e tempestivas, evitando deterioração precoce da malha rodoviária e promovendo a sustentabilidade de todo o sistema de transporte de cargas e passageiros do Estado.

A segurança viária é um dos pilares fundamentais para o Planejamento Rodoviário, preservando vidas e garantindo uma mobilidade mais segura. Dessa forma, tal temática também será abordada nas atividades da futura contratação, promovendo ações que identifiquem precocemente os riscos à integridade do pavimento e suas estruturas complementares. A implementação de soluções corretivas e preventivas de forma estratégica e o desenvolvimento de planos de ação que promovam a recuperação das rodovias também será objetivo dessa contratação.

Outro aspecto importante à realização dessa licitação, é a necessidade da contínua avaliação qualitativa da malha viária. Esse é um aspecto crítico, pois permite não apenas o diagnóstico técnico preciso das condições de tráfego e segurança, mas também a priorização de investimentos com base em dados reais, melhorando a eficiência no uso dos recursos públicos. Essa avaliação inclui levantamentos técnicos detalhados (LVC, IRI e FWD), análise contínua da performance do pavimento e integração dessas informações em um Sistema de Gestão do Pavimento - SGP, que garantem maior transparência e precisão na tomada de decisões.

Faz-se necessária a criação de uma estrutura que promova maior integração com a Academia (UFC, UECE, IFCE, Cientista Chefe), fortalecendo o intercâmbio de conhecimento em planejamento e gestão rodoviária. Essa iniciativa facilitará o compartilhamento de experiências e a atração de novas tecnologias para a SOP.

Nesse mesmo sentido, a Consultora deverá contribuir para o desenvolvimento institucional, apoiando a capacitação da equipe técnica da SOP por meio da realização de palestras e workshops voltados à disseminação interna dos resultados alcançados no âmbito do futuro contrato.

Como informado anteriormente, todas essas ações bem geridas contribuirão para rodovias de melhor qualidade e mais seguras para população cearense, facilitando o desenvolvimento social e econômico para as regiões do Estado. Fortalecendo, de forma estratégica, a gestão de intervenções nas rodovias, a hierarquização de investimentos e aprimorando as boas práticas de fiscalização e acompanhamento de obras.

Além disso, todos os produtos gerados pelo objeto da licitação serão disponibilizados de forma digital e os dados dos levantamentos serão gerenciados em um banco de dados dedicado e centralizado a ser organizado, concentrando e permitindo acesso rápido e seguro às informações estratégicas para o corpo diretivo da Superintendência e planejamento futuro de ações estratégicas.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Plurianual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução envolve a contratação de empresa especializada que irá atuar como parceira técnica da SOPCE, promovendo o apoio na gestão integrada das atividades do Órgão, desde o planejamento até a execução, controle dos resultados e monitoramento pós-obra. Esta abordagem visa garantir a máxima eficiência no uso dos recursos públicos e a melhoria contínua da infraestrutura rodoviária estadual. A empresa ainda auxiliará a Superintendência com levantamentos e ensaios técnicos de campo, além do apoio a gestão da faixa de domínio das rodovias sob jurisdição estadual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do artigo suprarreferido.

6.2.3. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.7, deste Termo.

6.2.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.8, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

6.2.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.15. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.16. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – No âmbito social, proibição de trabalho infantil (menores de 16 anos, salvo aprendiz) e de trabalho noturno/perigoso para menores de 18 anos.

II – Combate ao trabalho análogo ao de escravo e exigência de conformidade com obrigações previdenciárias e trabalhistas.

III – Promoção da igualdade de gênero e inclusão de grupos vulneráveis.

IV – Propor soluções técnicas visando a logística adequada de transportes e a segurança viária.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, deverão ser executados conforme detalhado neste Edital e seus Anexos.

7.2.2. Para a execução do serviço será obedecido neste Edital e seus Anexos.

7.2.3. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário conforme detalhado neste Edital e seus Anexos.

7.2.4. Especificação da garantia do serviço

7.2.4.1. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.
- 8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos,

quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Do Rito da Avaliação

9.1.1. A primeira etapa para a seleção do fornecedor deste certame se trata de uma fase classificatória, de avaliação de Técnica e Preço. Posteriormente, ocorrerá a fase eliminatória, para avaliar a Proposta de Preços e da Habilitação Jurídica e Técnica da empresa ou consórcio. O licitante que obtiver a maior Nota Final na primeira fase e for habilitado na fase eliminatória se caracteriza como o vencedor.

9.2. Da Fase Classificatória

9.2.1. Nessa primeira fase serão julgadas as propostas de técnica conjugadas às propostas de preço, com Nota Final de 70% para técnica, e 30% para preço.

9.2.2. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios objetivos, para os quais a Nota Técnica obtida será de até 100 pontos:

Quadro 1 – Critérios de pontuação

Itens	Descrição	Pontuação Máxima
		Total
a.	Conhecimento do Problema	35
b.	Adequação da metodologia e plano de trabalho, bem como a organização e dotação de pessoal propostos em resposta aos Termos de Referência	25
c.	Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):	30
d.	Experiência da Empresa	10

9.2.3 As notas de cada aspecto serão arredondadas até a segunda casa decimal e, após somadas para obter a nota de cada item, serão arredondadas até um número inteiro.

9.2.4. A Nota da Proposta Técnica mínima (NPT) requerida para se qualificar é 70 pontos. A licitante que zerar a totalidade de qualquer um dos critérios (a), (b), (c) e (d) será desclassificada. A metodologia de pontuação será a seguinte:

Os quesitos para os itens “a” e “b” serão:

Quadro 2 – Quesitos de avaliação itens “a” e “b”

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item forma
a.	Compreensão do problema a ser	Cada erro e/ou	5%

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item forma
	solucionado e dos objetivos do contrato, incluindo o entendimento do papel da contratada e da Administração. Conhecimento das condições técnicas, logísticas, ambientais, institucionais e operacionais do local de execução dos serviços além da identificação de aspectos críticos, riscos previsíveis, legislação, normas técnicas e obrigações legais aplicáveis.	ausência	
b.	Conteúdo e escopo da proposta, considerando o grau de conhecimento técnico demonstrado em estudos, projetos e serviços correlatos ao objeto desta Licitação, evidenciando a experiência e a aderência às exigências estabelecidas; Aspectos metodológicos, avaliando a coerência entre a metodologia proposta e as tarefas a serem executadas, bem como a apresentação de modificações, inovações ou métodos de trabalho que contribuam para maior eficácia e eficiência na execução dos serviços e no alcance dos resultados esperados; Plano de Trabalho, analisando seu nível de detalhamento, funcionalidade e adequação à execução dos serviços, à luz do enfoque técnico e metodológico proposto e das expectativas do Contratante quanto à condução dos trabalhos; Organização da consultora e alocação de pessoal, incluindo: composição da equipe; atribuição de responsabilidades e calendário de atividades. Incluindo as exigências de equipe mínima ANEXO – Orçamento e ANEXO – Especificações Técnicas	Cada erro e/ou ausência	5%

9.2.5. Os quesitos para o item “c” Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave) serão:

9.2.5.1. Somente serão avaliados e pontuados os profissionais indicados para as funções de: (c.i) Engenheiro Coordenador / Consultor, (c.ii) Engenheiro Sênior / Consultor e (c.iii) Gestor de Projetos, considerando-se as parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto.

9.2.5.2. A qualificação técnico-profissional deverá obedecer aos requisitos constantes no edital.

9.2.5.3. A pontuação será computada conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Critério de pontuação para atestados e/ou certidões

QUANTIDADE DE CERTIDÕES DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.i. ENGENHEIRO COORDENADOR/CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária e/ou Elaboração de Plano Anual de Conservação, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1,5	6
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2,5
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2,5
	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	1	2
c.ii. ENGENHEIRO SÊNIOR/CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,5	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2

	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	1	2

QUANTIDADE DE ATESTADOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.iii. GESTOR DE PROJETOS	Comprovando experiência em Planejamento e/ou acompanhamento de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km.	0,5	1

9.2.5.4. Para a função de Engenheiro Coordenador/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em qualquer área da engenharia com 10 anos no mínimo de formado.

9.2.5.5. Para a função Engenheiro Sênior/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em engenharia civil com 5 anos no mínimo de formado.

9.2.5.6. Para a função de Gestor de Projetos deverá ser apresentado atestado de participação constante na equipe técnica e nível superior em uma das seguintes áreas: Informática, Administração, Engenharia ou Arquitetura com 5 anos no mínimo de formado.

9.2.5.7. O Engenheiro Coordenador/Consultor, Engenheiro Sênior/Consultor e Gestor de Projetos deverão pertencer ao quadro permanente da empresa demonstrando através de um dos seguintes documentos:

a) Cópia autenticada da "FICHA OU LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS" onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do livro de registro de empregados, quando se tratar de empregado, comprovando que o profissional detentor do Atestado de Responsabilidade Técnica faz parte do quadro permanente da licitante.

- b) Comprovação da participação societária, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.
- c) Comprovação de ser Responsável Técnico da licitante na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente.

9.2.6. A apresentação dos documentos de experiência da empresa tem como finalidade comprovar sua capacidade técnica e operacional para a execução do objeto licitado, em conformidade com as exigências previstas no edital.

9.2.6.1. Os quesitos de conteúdo para o item "d" (Experiência da Empresa) serão:

Quadro 4 – Quesitos de conteúdo item "d"

QUANTIDADE DE CERTIDÃO DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS		
EXPERIÊNCIA EMPRESA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,50	3,0
Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,5
Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,0
Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,50	1,5
Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	0,50	1,0

9.2.6.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas com pontuação total inferior a 70 (setenta) pontos ou que obtiverem notas parciais inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total de cada item de "a" a "d".

9.2.6.2. Para avaliação das licitantes também serão considerados os registros de penalidades adquiridos pelas empresas a partir do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF

(<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>) julgados em 2ª instância, de tal forma que as licitantes serão penalizadas entre 10 a 20 pontos, dependendo da gravidade e do número de incidência do problema nos últimos 5 anos em contratos com a Administração Pública.

9.2.6.3. Serão consideradas apenas as penalidades que se encontram válidas, ou seja, que estejam aplicadas em definitivo e que não tenham sido suspensas administrativa ou judicialmente.

9.2.6.4. Será utilizada a seguinte matriz:

Quadro 5 – Matriz a ser considerada na consulta ao SICAF para penalização

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF				
Quantidade de registros de penalidades nos últimos 5 anos julgados em 2ª instância	>8	20	20	20
	6 a 8	15	20	20
	3 a 5	15	15	20
	1 a 2	10	15	20
		Advertência	Multa	Impedimento e/ou suspensão
Gravidade				

9.2.6.5. Havendo mais de um tipo de penalidade sofrida, será considerada a de maior pontuação negativa.

9.2.7. A Nota da Proposta Técnica (NPT) será obtida a partir da soma das notas dos itens “a” até “d”.

9.2.8. O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada proponente observará a fórmula a seguir:

$$NPP = 100 * (x1 / x2)$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços de cada proponente;

x1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

x2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

9.2.9. O cálculo da Nota Final dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorações das propostas de técnica e de preço, conforme apresentado a seguir:

$$NF = (70\% * NPT + 30\% * NPP)$$

Onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preços.

9.2.10. Após a análise das propostas técnicas de todos os licitantes, essas serão classificadas em ordem decrescente.

9.2.11. Observado o disposto, o licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a **MAIOR** Nota Final.

9.3. Da Fase Eliminatória

9.3.1. Após a fase classificatória, ocorrerá a fase eliminatória, que tem como base os critérios de aceitabilidade dos preços, habilitações e qualificações do licitante, especificados no edital.

9.4. Habilitação Jurídica

9.4.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

9.4.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.3. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.4. Em caso de consórcio as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação do nome do consórcio e indicação da empresa líder, que será responsável principal perante a CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas, tanto durante as fases da

licitação quanto na execução do contrato. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, poderão participar da presente licitação, empresas brasileiras ou em consórcio.

9.5. Qualificação técnica

9.5.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação Técnico-profissional

9.5.2. Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico, com registro de atestado, que comprove a execução de obras ou serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.

9.5.2.1. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado.

9.5.2.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

9.5.2.3. Não serão admitidos Certidões de Acervo Técnico de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.5.2.4. Para fins da comprovação de que trata o subitem 9.5.2, as Certidões de Acervo Técnico deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto:

Quadro 6 – Lista de serviços para comprovação técnico-profissional

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE
1	Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de conservação rodoviária e elaboração de plano anuais de conserva, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km;	km
2	Levantamento visual contínuo automatizado, em malha rodoviária pavimentada;	km
3	Levantamento de irregularidade longitudinal com equipamento a laser, em malha rodoviária pavimentada;	km
4	Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de rodovias pavimentadas;	km
5	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km;	km

Qualificação Técnico-operacional

9.5.3. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

9.5.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

9.5.3.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem 9.5.3.1, as Certidões de Acervo Técnico deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

Quadro 7 – Lista de serviços para comprovação Técnico-operacional

ITEM	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) da quant. total estimada
1	Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de conservação rodoviária e elaboração de plano anuais de conserva, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km, com experiência de tempo de pelo menos 1 ano;	km	4.500	9,86
2	Levantamento visual contínuo, de no mínimo 8.000 km, de forma automatizada, em malha rodoviária pavimentada;	km	8.000	11,59
3	Levantamento de irregularidade longitudinal, de no mínimo 4.000 km, com equipamento a laser em malha rodoviária pavimentada;	km	4.000	4,62
4	Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	km	400	11,52
5	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km, com experiência de tempo de pelo menos 1 ano;	km	4.500	9,04

9.5.3.3. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes Certidões de Acervo Técnico executados, inclusive concomitantes.

9.5.3.4. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.6, deste edital.

9.5.3.5. A licitante deverá comprovar, através de Certidões de Acervo Técnico que demonstrem que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, por 12 meses sucessivos, conforme previsto no Art. 67 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.5.3.6. Considerando que na presente contratação o conhecimento prévio do local de execução é imprescindível para o atendimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, mediante realização de vistoria prévia.

9.5.3.6.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada (indicar forma de agendamento), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.5.3.6.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituí-la por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Edital.

9.5.3.6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.5.3.6.4. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 h às 17h.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

9.6. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.6.1. A inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);

9.6.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.6.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.6.5. A regularidade perante a justiça do trabalho;

9.6.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.6.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.8. Os documentos enumerados no subitem 9.6, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 9.4.3.3, 9.4.3.4 e 9.4.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

9.6.9. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

Habilitação econômico-financeira

9.7. A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

9.7.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

9.7.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial;

plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

9.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.7.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.7.2.2. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7.2.3. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

9.7.3. Patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.7.4. O atendimento dos índices econômicos previstos acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

9.7.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7.6. Relação dos compromissos assumidos informando que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelos licitantes com em administração pública a nível Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, vigente na data de abertura da licitação não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, conforme modelo em ANEXO XI do Edital.

9.7.6.1. Considerar-se no valor dos compromissos o remanescente do contrato, excluindo o já executado na data da declaração.

9.8. As empresas consorciadas deverão observar o disposto no subitem 9.5.6, deste edital.

9.9. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

9.10. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão.

9.10.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento do Serviço

10.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.1.3. Não atendido o disposto no item 12.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

10.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou Comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

10.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

10.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.1.9. As Medições dos serviços serão mensais (a partir da emissão da ordem de serviço) e final (última medição – conclusão do serviço), referente aos serviços executados, procedidas de acordo com as Especificações vigentes de serviços, constantes no Anexo do Edital e fundamentado pelas Instruções vigentes na SOP.

10.1.10. As Medições deverão ser elaboradas pela supervisora ou contratada, referente ao período do 1º dia ao último dia de cada mês, considerando os serviços EXECUTADOS no igual período, e protocoladas no sistema de Medição da SOP a partir do dia 25 até o último dia de cada mês. A mesma deverá ser analisada, validada ou rejeitada pela fiscalização em 7 (sete) dias úteis, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da medição apresentada, conforme previsto na Resolução Nº 38/2025/CDSOP de 17 de outubro de 2025.

10.1.11. As medições não entregues até esta data, serão cadastradas como de valor ZERO, exceto o exposto na Resolução Nº 38/2025/CDSOP.

10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

10.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 16.2 do Edital.

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

10.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

mediante aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Antecipação de pagamento

10.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10.6 Reajustamento

10.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação do orçamento da proposta da licitante.

10.6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do ÍNDICE DE CONSULTORIA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), editado pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \times \{(I - I_0)/I_0\}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial – refere-se ao mês da apresentação da proposta;

I = Índice final – refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

10.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- 11.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
- 11.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 11.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;
- 11.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 11.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.
 - 11.8.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 11.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 12.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do

Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021;

12.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

I – Observar as disposições contidas no Guia Nacional de Contratação e outros fundamentos;

II – Planejar Rotas de transportes eficientes para reduzir a emissão de gases poluentes;

III – Envolver a comunidade no planejamento e execução das melhorias e promovam sustentabilidade local.

12.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

12.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislações específicas.

12.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.3.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

12.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

12.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

12.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12.22. Ceder ao contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

12.22.1. Considerando que o projeto contratado se refere a serviço imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação do serviço.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Classificação Funcional: 43200007.26.782.261.11637 – Apoio a Gestão Rodoviária; Elemento de Despesa: 449035 – Serviços de Consultoria; Região: 03 – Grande Fortaleza; Fonte: (704) - (044) – Indenização pela Extração de Petróleo Xisto e Gás - Royalties.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A.1. – Justificativa dos Preços Adotados

ANEXO A.2. – Orçamento e Composições

ANEXO A.3. – Cronograma Físico-financeiro

ANEXO A.4. – Especificações Técnicas

ANEXO A.1. – JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS ADOTADOS

Os preços adotados são os praticados pelo Governo do Estado do Ceará através da Tabela SEINFRA 028, conforme determinação da Portaria SEINFRA nº 170/2001, de 20/08/2001.

Foi elaborado um orçamento para a contratação do serviço em questão utilizando-se a Tabela SEINFRA – Versão 028 – Sem Desoneração com Encargos Sociais de 114,15%. com custo final de R\$ 9.681.453,27 (Nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos) e por se tratar de serviços de consultoria, não há desoneração, não sendo viável a elaboração de orçamento com a Tabela 028.1.

ANEXO A.2. – ORÇAMENTO E COMPOSIÇÕES

Orçamento estimado (Tabela 028 SEINFRA) – Por se tratar de serviços de consultoria, não há desoneração, não sendo viável orçamento com a Tabela 028.1.

Resumo do Orçamento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA CONSERVA ROTINEIRA E PREVENTIVA EM RODOVIAS E IDENTIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO INDEVIDA NA FAIXA DE DOMÍNIO				R\$ 3.129.851,10
1.1	APOIO E MONITORAMENTO AS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA	RELATÓRIO	12,00	R\$ 79.613,80	R\$ 955.365,60
1.2	LEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO E FOTOGRÁFICO DAS RODOVIAS	KM	400,00	R\$ 21,82	R\$ 8.728,00
1.3	GESTÃO TÉCNICA DO USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E VIABILIDADE DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL	RELATÓRIO	12,00	R\$ 72.939,49	R\$ 875.273,88
1.4	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COM DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PAVIMENTOS	RELATÓRIO	12,00	R\$ 94.941,60	R\$ 1.139.299,20
1.5	PAC - PLANO ANUAL DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	RELATÓRIO	1,00	R\$ 45.688,42	R\$ 45.688,42
1.6	LEVANTAMENTO COM EQUIPAMENTO DRONE	KM	800,00	R\$ 131,87	R\$ 105.496,00
2	IMPLEMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA MANUTENÇÃO - SIGMA				R\$ 537.729,00
2.1	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, IMPORTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES E CONFIGURAÇÃO DO SIGMA	RELATÓRIO	12,00	R\$ 44.810,75	R\$ 537.729,00
3	ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO PREVENTIVA E FUNCIONAL				R\$ 1.115.646,60
3.1	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO FUNCIONAL	RELATÓRIO	12,00	R\$ 92.970,55	R\$ 1.115.646,60
4	ESTUDOS DE CAMPO VISANDO O ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE E DA DINÂMICA DA MALHA RODOVIÁRIA				R\$ 2.236.449,76
4.1	LVC LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO	KM	20.000,00	R\$ 56,12	R\$ 1.122.400,00
4.2	LEVANTAMENTO DE IRREGULARIDADE LONGITUDINAL MEDIDO COM PERFILÔMETRO A LASER	KM	10.000,00	R\$ 44,81	R\$ 448.100,00
4.3	LEVANTAMENTO DE DEFLEXÃO COM FWD - PASSO 500M	KM	400,00	R\$ 131,12	R\$ 52.448,00
4.4	CONTAGEM VOLUMÉTRICA CLASSIFICATÓRIA 24 H COM EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO POR 4 DIAS	PONTO	24,00	R\$ 8.461,49	R\$ 203.075,76
4.5	LEVANTAMENTO DE ELEMENTOS RODOVIÁRIOS	KM	2.000,00	R\$ 184,01	R\$ 368.020,00
4.6	LEVANTAMENTO DE ACESSOS, ENGENHOS PUBLICITÁRIOS, OCUPAÇÃO INDEVIDA	KM	100,00	R\$ 49,65	R\$ 4.965,00
4.7	LEVANTAMENTO DE CAMPO DOS ELEMENTOS AÉREOS E ENTERRADOS	KM	100,00	R\$ 374,41	R\$ 37.441,00
5	AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PLANOS ESTRATÉGICOS, PROJETOS PRIORITÁRIOS E				R\$ 2.661.776,81



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	PROCEDIMENTOS GERENCIAIS DA SOP-CE				
5.1	PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, ANÁLISE FÍSICO-FINANCEIRA E ASSESSORAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS	RELATÓRIO	12,00	R\$ 217.920,56	R\$ 2.615.046,72
5.2	CIDE - PLANO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO	1,00	R\$ 35.160,46	R\$ 35.160,46
5.3	SRE - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	RELATÓRIO	1,00	R\$ 11.569,63	R\$ 11.569,63
TOTAL GERAL					R\$ 9.681.453,27
Nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos.					

AS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS, estão disponíveis no site: www.seplag.ce.gov.br ou disponibilizados através do link abaixo:

https://drive.google.com/drive/folders/13RtaN20oAKno_9QeWNwLjymPzR6LCMIIs

ANEXO A.3. – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MÊS		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
SERVIÇOS														
1		PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA EM RODOVIAS E IDENTIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO INDEVIDA NA FAIXA DE DOMÍNIO												
1.1	APOIO E MONITORAMENTO AS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,33%	R\$ 79.613,80 8,34%	R\$ 79.613,80 8,34%	R\$ 79.613,80 8,34%	R\$ 79.613,80 8,34%	R\$ 955.365,60 100,00%
1.2	LEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO E FOTOGRÁFICO DAS RODOVIAS	R\$ 2.909,33 33,33%				R\$ 2.909,33 33,33%				R\$ 2.909,34 33,34%				R\$ 8.728,00 100,00%
1.3	GESTÃO TÉCNICA DO USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E VIABILIDADE DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,33%	R\$ 72.939,49 8,34%	R\$ 72.939,49 8,34%	R\$ 72.939,49 8,34%	R\$ 72.939,49 8,34%	R\$ 875.273,88 100,00%
1.4	FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL COM DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PAVIMENTOS	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,33%	R\$ 94.941,60 8,34%	R\$ 94.941,60 8,34%	R\$ 94.941,60 8,34%	R\$ 94.941,60 8,34%	R\$ 1.139.299,20 100,00%
1.5	PAC - PLANO ANUAL DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS											R\$ 45.688,42 100,00%		R\$ 45.688,42 100,00%
1.6	LEVANTAMENTO COM EQUIPAMENTO DRONE	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,33%	R\$ 8.791,33 8,34%	R\$ 8.791,33 8,34%	R\$ 8.791,33 8,34%	R\$ 8.791,33 8,34%	R\$ 105.498,00 100,00%
2		IMPLEMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA MANUTENÇÃO - SIGMA												
2.1	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, IMPORTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES E CONFIGURAÇÃO DO SIGMA	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,33%	R\$ 44.810,75 8,34%	R\$ 44.810,75 8,34%	R\$ 44.810,75 8,34%	R\$ 44.810,75 8,34%	R\$ 537.729,00 100,00%
3		ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO PREVENTIVA E FUNCIONAL												
3.1	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO FUNCIONAL	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,33%	R\$ 92.970,55 8,34%	R\$ 92.970,55 8,34%	R\$ 92.970,55 8,34%	R\$ 92.970,55 8,34%	R\$ 1.115.646,60 100,00%
4		ESTUDOS DE CAMPO VISANDO O ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE E DA DINÂMICA DA MALHA RODOVIÁRIA												
4.1	LVC LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO			R\$ 561.200,00 50,00%						R\$ 561.200,00 50,00%				R\$ 1.122.400,00 100,00%
4.2	LEVANTAMENTO DE IRREGULARIDADE LONGITUDINAL MEDIDO COM PERFILÔMETRO A LASER			R\$ 112.025,00 25,00%			R\$ 112.025,00 25,00%			R\$ 112.025,00 25,00%		R\$ 112.025,00 25,00%		R\$ 448.100,00 100,00%
4.3	LEVANTAMENTO DE DEFLEXÃO COM FWD - PASSO 500M			R\$ 13.112,00 25,00%			R\$ 13.112,00 25,00%			R\$ 13.112,00 25,00%		R\$ 13.112,00 25,00%		R\$ 52.448,00 100,00%
4.4	CONTAGEM VOLUMÉTRICA CLASSIFICAÇÃO 24 H COM EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO POR 4 DIAS	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,33%	R\$ 16.922,98 8,34%	R\$ 16.922,98 8,34%	R\$ 16.922,98 8,34%	R\$ 16.922,98 8,34%	R\$ 203.075,76 100,00%
4.5	LEVANTAMENTO DE ELEMENTOS RODOVIÁRIOS									R\$ 184.010,00 50,00%	R\$ 184.010,00 50,00%			R\$ 368.020,00 100,00%
4.6	LEVANTAMENTO DE ACESSOS, ENGENHOS PUBLICITÁRIOS, OCUPAÇÃO INDEVIDA											R\$ 4.965,00 100,00%		R\$ 4.965,00 100,00%
4.7	LEVANTAMENTO DE CAMPO DOS ELEMENTOS AÉREOS E ENTERRADOS												R\$ 37.441,00 100,00%	R\$ 37.441,00 100,00%
5		AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PLANOS ESTRATÉGICOS, PROJETOS PRIORITÁRIOS E PROCEDIMENTOS GERENCIAIS DA SOP-CE												
5.1	PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, ANÁLISE FÍSICO-FINANCEIRA E ASSESSORAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,33%	R\$ 217.920,56 8,34%	R\$ 217.920,56 8,34%	R\$ 217.920,56 8,34%	R\$ 217.920,56 8,34%	R\$ 2.615.046,72 100,00%
5.2	CIDE - PLANO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE CONTAS									R\$ 35.160,46 100,00%				R\$ 35.160,46 100,00%
5.3	SRE - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL										R\$ 11.569,83 100,00%			R\$ 11.569,83 100,00%
Total		R\$ 631.820,39	R\$ 628.911,06	R\$ 1.315.248,06	R\$ 628.911,06	R\$ 631.820,39	R\$ 754.048,06	R\$ 628.911,06	R\$ 628.911,06	R\$ 1.537.327,86	R\$ 824.490,69	R\$ 679.564,48	R\$ 791.489,06	R\$ 9.681.453,27

ANEXO A.4. – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**1. TERMINOLOGIA, DEFINIÇÕES, SIGLAS E CONCEITOS BÁSICOS**

LVC	Levantamento Visual Contínuo
SOP-CE	Superintendência de Obras Públicas do Ceará
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão da Manutenção
SRE	Sistema Rodoviário Estadual
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
IRI	Índice de Irregularidade Longitudinal
FWD	Falling Weight Deflectometer
LER	Levantamento de Elementos Rodoviários
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão da Manutenção
SAC	Sistema de Administração da Conservação

2. OBJETIVO

Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DE APOIO ESPECIALIZADO NA GESTÃO TÉCNICA DO PLANEJAMENTO, PLANOS DE AÇÃO, CONTROLES E MONITORAMENTOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS SOB ADMINISTRAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ – SOP-CE**, devidamente especificados no **TERMO DE REFERÊNCIA**, parte integrante deste edital, independentemente de transcrição.

3. METAS E ALCANCE DOS SERVIÇOS**Monitoramento da Malha Rodoviária**

Monitorar de forma contínua a malha rodoviária estadual sob gestão da SOP-CE, garantindo uma visão atualizada das condições das vias. Consolidação de um banco de dados disponível em plataforma digital e de fácil acesso ao corpo de técnico do Órgão, contendo as principais características geométricas e técnicas da malha rodoviária administrada, além de indicadores gerenciais e parâmetros construtivos dos segmentos rodoviários.

Gerenciamento da Conservação Rotineira e Preventiva

Gerenciar e executar ações de conservação preventiva através da metodologia do SAC-SIGMA, incluindo controle operacional, prestação de contas da CIDE e atualização do SRE, visando evitar deteriorações prematuras e garantindo a disponibilidade das informações de maneira simples, ágil e transparente a todo o órgão, utilizando ferramentas de georreferenciamento para identificação de possíveis defeitos superficiais levantados em toda malha rodoviária administrada com dados compatíveis com a ferramenta SIGMA. Nesse sentido também está prevista a atualização contínua das soluções de conservação utilizados pela SOP, buscando a introdução de inovações e melhorias economicamente e ambientalmente sustentáveis existentes no mercado.

Avaliação Visual e Georreferenciamento

Realizar registros e avaliações periódicas da conservação rotineira das rodovias por meio do LVC e georreferenciamento fotográfico, promovendo dados confiáveis para análise e planejamento assegurando o fornecimento de informações com facilidade, rapidez e transparência a todo o órgão. Tais dados serão cadastrados e formarão banco de dados de informações da SOP e serão disponibilizados via plataformas digitais ao corpo técnico da SOP.

Aplicação de Tecnologias Avançadas

Aplicar tecnologias como IRI, FWD, LER, drones e contagem automatizada de tráfego para levantamento técnico e monitoramento do desempenho da malha viária, integrando essas informações aos sistemas da SOP que utilizam a metodologia do SIGMA. Viabilizar a utilização de ferramentas automatizadas de interpretação e análise dos dados levantados.

Execução de Plano de Recuperação Funcional

Implementar ações preventivas e corretivas, como selagem, microrrevestimento, reperfilagem, reciclagem e outros, com o objetivo de prolongar a vida útil das rodovias e reduzir custos. Os Planos devem ser condizentes com as diretrizes técnicas e orçamentárias do Órgão e as soluções de recuperação funcional aplicadas para cada trecho rodoviário estudado serão disponibilizados em formato compatível com sistemas de gerenciamento utilizados pela SOP-CE.

Otimização da Gestão e Execução de Obras

Acompanhar o desenvolvimento e aplicação dos planos estratégicos que promovam a eficiência na gestão e execução de obras, com foco em inovação, planejamento estruturado e uso otimizado dos recursos públicos, bem como auxiliar a SOP nas ações de captação das informações para subsidiar os sistemas governamentais. Fomentando, inclusive, a integração com os demais entes públicos e institucionais ligado ao campo da infraestrutura rodoviária.

Gestão da Faixa de Domínio

Garantir o uso adequado e seguro das rodovias por meio da análise e controle de acessos, engenhos publicitários e ocupações irregulares presentes na faixa de domínio oferecendo acesso rápido, fácil e transparente às informações para todo o órgão.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

4.1 Planejamento e Avaliação da Conservação Rotineira e Preventiva em Rodovias e Identificação de Ocupação Indevida na Faixa de Domínio.

Essa atividade compreende as ações voltadas para o Planejamento da Conservação Rotineira e Preventiva, avaliando através de critérios técnicos e fornecendo os meios necessários à montagem de programas anuais de investimentos em manutenção, concebidos em bases lógicas e que busquem a otimização dos, normalmente escassos, recursos disponíveis.

A empresa contratada deverá realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades de conservação rotineira e preventiva na malha rodoviária estadual, bem como das ações de recuperação/restauração/implantação de soluções aplicadas na rede e avaliando seus

resultados. Deverá ainda acompanhar a execução físico financeira dos contratos de manutenção mediante disponibilidade orçamentária do Órgão e deverá apresentar aos gestores da SOP-CE informações técnicas sobre o andamento dos contratos e a qualidade em que se encontra a malha. Poderá a Contratada ainda, acompanhar e assessorar a Fiscalização da SOP nas medições dos serviços de conservação e recuperação funcional, identificando divergências ou propondo melhorias e inclusão de novos serviços que proporcionem maior equilíbrio econômico financeiro aos contratos vigentes. A empresa auxiliará o Órgão com as informações advindas desses contratos para a consolidação de um banco de dados digital e disponibilizará ao corpo técnico da SOP.

O monitoramento das rodovias exige avaliações sistemáticas e permanentes para identificar problemas técnicos que possam ser resolvidos de forma tempestiva. Nesse contexto, o Levantamento Georreferenciado e Fotográfico das rodovias, que consiste no registro de imagens (georreferenciadas com precisão sub-métrica) panorâmicas obtidas, no mínimo, a cada 10 metros imagiando toda a rodovia, devendo constar registros laterais envolvendo toda a faixa lindeira, sendo uma ferramenta de apoio técnico de identificação de ocorrências, bem como o cadastro georreferenciado de equipamentos como abrigos e paradas de ônibus, passarelas e etc. as informações devem ser entregues em atendimento as exigências dos sistemas da SOP e metodologia do SIGMA-CE onde será possível disponibilizar as informações para o órgão de forma transparente, rápida e integrada as metodologias e procedimentos utilizados. A contratada poderá utilizar esse levantamento, retirando informações qualitativas para o gerenciamento de algumas atividades de conservação, tais como: tapa-buraco, selagem, roço e limpezas de banquetas/sarjetas. As informações devem ser compatíveis com sistemas digitais e devem formar banco de dados de informações gerenciais do Órgão.

Esse levantamento não só dará suporte à análise da qualidade de conservação rotineira em rodovias, mas também ao gerenciamento da faixa de domínio a qual deverá ser apresentada por meio de relatório técnico e mapas temáticos para os gestores do Órgão.

A empresa contratada deverá assessorar os técnicos da SOP-CE na gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial. Essas atividades envolvem: análise dos processos de solicitações de uso e ocupação da faixa de domínio, monitoramento da execução físico-financeira dos contratos com acompanhamento das receitas, assessoramento na implantação de novos contratos a serem realizados durante a vigência deste projeto, atualização e adequação das informações em banco de dados conforme as modificações anuais no sistema rodoviário estadual, além da realização de estudos técnicos para identificar a viabilidade de novas formas de receita e uso exploratório das rodovias, atualização e ajustes do manual de procedimentos e elaboração de relatório mensal com todas as informações relativas à execução dos contratos vigentes.

Esta atividade contempla ainda ações voltadas ao fortalecimento institucional e aprimoramento dos processos de gestão da malha rodoviária estadual, com ênfase na modernização e digitalização do acesso às informações técnicas relacionadas aos levantamentos de campo, ao histórico de intervenções realizadas, aos investimentos executados e ao desempenho dos pavimentos.

A empresa contratada, em até seis meses, deverá estruturar, integrar e manter bancos de dados consolidados e atualizados e disponibilizá-los em plataforma digital web, assegurando seu acesso em tempo real pelos gestores da SOP-CE e demais usuários autorizados. Deverão estar disponíveis, de forma clara e automática, segmentada em relatórios e mapas temáticos e interativos: relatórios de obras, a evolução da qualidade dos pavimentos ao longo do tempo, contagens volumétricas classificatórias, deflexão dos pavimentos (FWD), pontos críticos,

elementos rodoviários, ocupações na faixa de domínio, dentre outros dados históricos e de conhecimento já produzidos pela SOP em outros programas. As informações deverão ser segmentadas por rodovia, distrito operacional, trecho e município, permitindo análises comparativas e subsidiando a tomada de decisões estratégicas quanto à priorização de investimentos. A disponibilização digital dessas informações deverá permitir o acesso às mídias obtidas nos levantamentos realizados neste contrato, incluindo as imagens obtidas no levantamento fotográfico georreferenciado e os levantamentos realizados por drones.

Com as informações oriundas dos levantamentos de campo, principalmente o Levantamento Visual Contínuo (LVC) e o Levantamento Georreferenciado e Fotográfico, a Contratada deverá realizar diagnóstico técnico informando a situação em que se encontra a malha segmentada por trecho, rodovia, distrito e geral. As informações devem subsidiar os gestores dos resultados obtidos com os investimentos realizados e auxiliar nas políticas de novos investimentos, identificando onde, no que, quando e quanto aplicar.

A empresa contratada deverá realizar levantamento dos pavimentos das áreas internas dos equipamentos do Estado, conforme demanda da SOP-CE, identificando defeitos e indicando possíveis correções e/ou encaminhando para projetos específicos.

Com a conclusão do diagnóstico de qualidade da malha, é elaborado o Plano Anual de Conservação (PAC). Esse estudo norteará as atividades de conservação rotineira nas rodovias estaduais para os próximos 12 meses. Para a sua elaboração, serão estabelecidos cenários, pelos quais, segundo um dado investimento financeiro na malha, retornam uma determinada qualidade de serviços e, conseqüentemente, a qualidade da conservação.

Por fim, serão elaborados relatórios sistemáticos verificando o comportamento e o desenvolvimento dos serviços de conservação em toda a malha rodoviária, identificando pontos de melhorias e ações corretivas / preventivas.

A empresa contratada auxiliará a SOP na criação de uma estrutura que promova maior integração com a Academia (UFC, UECE, IFCE, Cientista Chefe e etc.), fortalecendo o intercâmbio de conhecimento em planejamento e gestão rodoviária. Essa iniciativa facilitará o compartilhamento de experiências e a atração de novas tecnologias para a SOP.

Nesse mesmo sentido, a empresa deverá contribuir para o desenvolvimento institucional, apoiando a capacitação da equipe técnica da SOP por meio da realização de palestras e workshops voltados à disseminação interna dos resultados alcançados no âmbito do futuro contrato.

A empresa contratada deverá realizar levantamentos com a utilização de equipamento do tipo drone com as seguintes especificações: câmera com sensor igual ou acima de 20 megapixels, com fotos e vídeos em qualidade 4K ou superior, velocidade de captura igual ou superior a 60 quadros por segundo e taxa de transmissão de 100 Mbps ou superior, visando a realização de aerolevantamento georreferenciado da malha rodoviária a fim de saneamento de dúvidas no monitoramento das rodovias, conforme demanda da SOP-CE.

Todas as informações devem ser apresentadas de acordo com a metodologia e procedimentos estabelecida pelos sistemas oficiais, garantindo a padronização, consistência dos dados e conformidade com os critérios técnicos exigidos. As informações devem estar disponibilizadas de forma rápida, segura e transparente a todos os técnicos do órgão. A não observância desse padrão poderá comprometer a validade das informações e a adequada integração entre os sistemas.

4.2 Implementação e atualização do sistema integrado de gestão da manutenção - SIGMA

Esse serviço compreende a manutenção e atualização do banco de dados do Sistema Integrado de Gestão da Manutenção (SIGMA), com as devidas modificações que venham a ser necessárias, bem como a atualização de qualquer outro sistema técnico que venha a ser utilizado pelo Planejamento da SOP-CE, com objetivo de ser arcabouço de informações técnicas necessárias às atividades do Órgão.

A Empresa deverá assessorar a SOP na modernização das atividades da gestão das rodovias, com focos principais na melhoria dos pavimentos, faixa de domínio, conservação e recuperação funcional, compatibilizando com as definições do Plano Diretor Rodoviário. Serão reavaliados as metodologias e procedimentos adotados nos diversos sistemas e principalmente pelo SIGMA. A Empresa deverá desenvolver modelos técnicos que serão implementados pela SOP em ferramentas e interface mais moderna e de fácil acesso para os técnicos.

Modelos preditivos e adaptados a realidade da malha, a forma de armazenamento dos dados, relacionamento com sistemas existentes na SOP e de aquisição do mercado deverão fazer parte do estudo a ser desenvolvido, sempre avaliando com base em critérios técnicos e econômicos. As informações técnicas e históricas deverão estar disponíveis de uma forma transparente, de fácil acesso e consolidadas para o órgão com o objetivo de realizar uma gestão eficiente do patrimônio rodoviário.

O objetivo principal é manter na SOP um Planejamento Rodoviário perene, moderno, alinhado as melhores técnicas de engenharia, focando nas especificidades da malha e sendo capaz de se adaptar aos diversos programas realizados pelo órgão, propondo e aplicando atualizações e inovações tecnológicas provenientes do meio acadêmico e das tendências de mercado.

Para essa implementação, faz-se necessário a inclusão de dados oriundos de pesquisas de campo contratadas pelo Órgão advindos desta contratação ou de qualquer outro trabalho que tenha sido contratado pela SOP-CE ou pelos órgãos antecessores.

4.3 Estudo de Manutenção Preventiva e Recuperação Funcional

A execução de soluções de recuperação funcional nas rodovias possibilita, a um custo inferior que os das obras de restauração, o aumento da vida útil dos pavimentos. Dependendo da solução adotada, os projetos de recuperação funcional prolongam a vida útil do pavimento em média de três a quatro anos, além de diminuir os gastos com a conserva rotineira da rodovia (intervenções do tipo tapa-buraco e remendo profundo). As principais soluções do Programa são a reciclagem do pavimento, recapeamento asfáltico e a aplicação de microrrevestimento.

Deverá ser realizada uma avaliação inicial para seleção dos potenciais trechos rodoviários aptos a receberem o serviço de Recuperação Funcional. Para essa avaliação serão utilizadas as informações dos levantamentos desse termo de referência. Nessa fase, ainda é considerado o histórico das intervenções, além das futuras obras previstas para cada trecho do sistema rodoviário. Essa avaliação inicial será apresentada através de relatório e mapa temático, possibilitando ao tomador de decisão do Órgão uma visão macro da situação atual de toda malha rodoviária.

Após a análise inicial serão realizadas reuniões técnicas com os gestores do Órgão e engenheiros de campo com objetivo de selecionar prioritariamente, conforme a disponibilidade de recursos financeiros, os trechos rodoviários que receberão os investimentos em Recuperação Funcional.

Por fim, serão definidos os serviços de recuperação funcional dos trechos selecionados, indicando as soluções técnicas a serem adotadas, bem como os seus respectivos orçamentos com base na tabela vigente da SEINFRA.

O monitoramento das soluções adotadas também deve ser realizado pela empresa Contratada com a confecção de relatórios periódicos e georreferenciados, com a alimentação desses dados na já citada plataforma digital, que facilitará a SOP o gerenciamento dessas atividades, analisando e propondo melhorias e atualização nas soluções.

4.4 Estudos de Campo visando o acompanhamento da Qualidade e da Dinâmica da Malha Rodoviária

Para a realização dos estudos de campo nas rodovias estaduais visando o monitoramento e acompanhamento da qualidade e dinâmica das rodovias, compreendem os levantamentos abaixo discriminados:

O Levantamento Visual Contínuo (LVC) consiste em uma avaliação da condição da superfície do pavimento, por um engenheiro treinado, a bordo de um veículo equipado com instrumentos adequados para registrar imagens (georreferenciadas com precisão sub-métrica) panorâmicas no mínimo a cada 5m e a cada metro focando o pavimento, identificando os defeitos do pavimento pela metodologia adotada pelo SIGMA/SOP-CE.

Após a realização do Levantamento Visual Contínuo (LVC) será realizado um diagnóstico da qualidade do pavimento com base nos dados levantados e preferencialmente de forma automática. Essa análise é feita levando em consideração todas as rodovias estaduais, duas vezes ao ano (nos meses de Junho e Dezembro), tendo a avaliação de qualidade a cada 500 metros e por segmento do sistema rodoviário estadual, conforme procedimento padrão da SOP-CE. O diagnóstico deverá ser apresentado mediante um relatório gerencial o qual subsidiará as decisões técnicas e estratégicas.

O Levantamento do Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI) objetiva a definição do nível de conforto da pista de rolamento do pavimento e serve de informação para os cálculos de viabilidade econômica para obras e serviços rodoviários. O levantamento deverá ser executado de acordo com os procedimentos da Classe II (sem contato) da classificação do *Highway Paviment Management System* (HPMS), Field Manual.

O Levantamento de Deflexão dos Pavimentos, necessário para verificação estrutural do pavimento (ex: revestimento, camadas de base e sub-base), dando subsídios técnicos para tomada de decisão do Órgão referente a intervenções e recebimento de Obras. O levantamento das deflexões recuperáveis deverá ser realizado com equipamento de impacto tipo *Falling Weight Deflectometer* (FWD), com o passo de 500 metros e procedimentos estabelecidos na norma do DNIT - PRO 273/96.

O Levantamento de Elementos Rodoviários (LER) tem como objetivo manter o banco de dados atualizados dos dispositivos de drenagem, sinalização, dispositivos de segurança, vegetação, obras d'arte correntes e especiais. A empresa deverá fotografar e georreferenciar as rodovias a cada 5 metros identificando os elementos que compõe o corpo estradal e indicando suas dimensões conforme procedimento adotado no SIGMA-SOP-CE.

A Contagem Volumétrica automatizada tem o propósito de melhorar a qualidade das análises da distribuição do tráfego da malha rodoviária, verificando inconsistências, tais como: Desvio de tráfego, surgimento de novas rotas, surgimento de novos polos geradores de tráfego, etc. A contagem deverá ser realizada com equipamento automatizado, indicando o sentido, a velocidade média e a localização georreferenciada do local por um período de 4 dias (24 horas por dia) preferencialmente em dias úteis, ou devidamente acordado com a SOP-CE.

Será realizado, em toda a rede estadual pavimentada, levantamento de elementos implantados na faixa de domínio, sendo inventariados pontos de acessos comerciais, engenhos publicitários visíveis pelo usuário da rodovia independente de estarem ou não dentro da faixa lindeira da rodovia, ocupações indevidas e outros, em toda a rede rodoviária estadual pavimentada.

No que tange, ao levantamento referente aos elementos aéreos e enterrados existentes na faixa de domínio, serão inventariados pontos de linhas físicas de transmissão de energia, telefonia, fibra óptica, gasoduto, oleoduto, redes de adução, emissão e distribuição de água e esgoto, e outros, em locais a serem definidos pela SOP-CE.

Para todos os levantamentos, a contratada deverá apresentar em documento próprio todos os detalhes da metodologia aplicada na execução dos levantamentos e tratamento dos dados, que deverão ser previamente validados pela equipe de acompanhamento da SOP-CE. As informações deverão ser referenciadas ao sistema rodoviário estadual por coordenadas geográficas rastreadas com uso de GPS. Para cada dado deverão ser informados atributos como: coordenadas geográficas, quilômetro inicial, quilômetro final, lado da rodovia, dimensão/extensão, concessionária, dentre outros. Os dados odométricos deverão ter precisão inferior a 0,5% da extensão e os de coordenadas geográficas deverão ter precisão submétricas. A contratada deverá, também, fotografar os elementos, quando visíveis, os quais serão armazenados no banco de dados corporativo da SOP-CE (plataforma digital), juntamente com as demais informações.

Os serviços serão realizados conforme solicitação da SOP-CE. A empresa CONTRATADA terá até no máximo 05 (cinco) dias para mobilizar o equipamento e iniciar o serviço após a referida solicitação.

i) Avaliação Técnica de Planos Estratégicos, Projetos Prioritários e Procedimentos Gerenciais da SOP-CE.

A princípio será realizada uma avaliação da carteira dos projetos gerenciados pela SOP-CE, junto ao Governo do Estado, verificando o planejamento de recursos físicos e financeiros para o período de execução dos mesmos. Esse trabalho consiste ainda, em verificar e tratar todas as fases do ciclo de vida do projeto, desde a sua proposição até seu encerramento, passando por todos os processos de aquisição e contratação do projeto, identificando em sua execução, possíveis interferências que prejudicam o andamento dos serviços contratados. Para esse serviço, serão elaborados relatórios técnicos. É importante ressaltar que, além dos relatórios, deverá ser realizado o Plano de Trabalho e a Prestação de Contas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), conforme procedimentos adotados pelo Ministério de Transporte do Governo Federal. Após a realização do Plano de Trabalho da CIDE, também é de responsabilidade da empresa contratada o monitoramento técnico, financeiro e orçamentário do mesmo, identificando a conformidade dos desembolsos na fonte CIDE com a normas e legislação vigentes.

A Contratada deverá municiar de informações técnicas dos Planos Estratégicos da SOP-CE, a exemplo do Plano Diretor Rodoviário (PDR), Projetos relacionados à Gestão por Resultados

(GPR), Plano Plurianual (PPA) ou outro necessário e de interesse da Superintendência de Obras Públicas – SOP-CE, indicando e orientando ao quadro gestor as ações preventivas e de melhoria, visando uma maior eficiência nas tomadas de decisão do Órgão.

A análise técnica dos planos estratégicos e projetos de desenvolvimento da SOP-CE contempla a elaboração de pareceres e consultoria nas quais são necessários conhecimentos técnicos específicos do setor rodoviário com potencialidade de trazer benefícios financeiros e/ ou administrativos para o SOP-CE. A Empresa Contratada deverá disponibilizar equipe técnica multidisciplinar necessária para apoiar e complementar as ações de responsabilidade da SOP-CE.

A Contratada deverá atuar como apoio no monitoramento financeiro contínuo, auxiliando na compatibilização orçamentária dos programas e ações executados, garantindo a aderência às metas estabelecidas no planejamento estratégico e orçamentário da SOP-CE. Além disso, deverá acompanhar de forma sistemática os projetos MAPP (Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários), identificando necessidades de suplementação e/ou remanejamento de recursos.

A Contratada deverá disponibilizar os resultados do monitoramento financeiro na plataforma digital do órgão, com acesso em tempo real para os gestores da SOP-CE e demais usuários autorizados. As informações estratégicas deverão estar organizadas e atualizadas, de forma a subsidiar os gestores em reuniões gerenciais, permitindo uma tomada de decisão mais ágil e fundamentada, contribuindo para a eficiência na gestão dos recursos e o alinhamento contínuo às diretrizes institucionais.

A empresa contratada deverá atualizar o Sistema Rodoviário Estadual (S.R.E) conforme procedimentos do DNIT, realizar a divisão de segmentos da malha rodoviária estadual, em consonância com a equipe técnica da SOP-CE, revisar as extensões urbanas, atualizar o mapa rodoviário, bem como o *shape* da base de dados cartográfica.

5. EQUIPE TÉCNICA E PERIODICIDADE

Para execução dos serviços objeto dessa licitação será alocada a seguinte equipe mínima, conforme tabela abaixo, nas dependências da SOP-CE em acordo com a carga prevista. Os demais profissionais estarão disponíveis na sede da contratada/campo, devendo sua programação atender a quantidade mínima exigida nas tabelas de referência orçamentária, do item do Anexo A.2. – Orçamento e Composições do Edital.

ATIVIDADE		ENGENH EIRO COORDENADOR	ENGENH EIRO SENIOR	ENGENH EIRO PLENO	ENGENH EIRO JÚNIOR OU GESTOR DE PROJETOS	AUXILIA R DE LABORA TÓRIO	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
1.1	APOIO E MONITORAMENTO AS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA	0,10	0,30	1,00	0,50	0,50	0,00

ATIVIDADE		ENGENH EIRO COORDENADOR	ENGENH EIRO SENIOR	ENGENH EIRO PLENO	ENGENH EIRO JÚNIOR OU GESTOR DE PROJETOS	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
1.3	GESTÃO TÉCNICA DO USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E VIABILIDADE DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL	0,10	0,10	1,00	0,50	1,00	0,00
1.4	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COM DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PAVIMENTOS	0,30	0,10	0,00	2,00	0,00	1,00
2.1	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, IMPORTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES E CONFIGURAÇÃO DO SIGMA	0,05	0,20	0,00	1,00	0,50	0,00
3.1	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO FUNCIONAL	0,10	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00
5.1	PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, ANÁLISE FÍSICO-FINANCEIRA E ASSESSORAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS	0,10	0,30	0,00	6,00	0,00	2,00
TOTAL		0,75	2,00	2,00	11,00	3,00	3,00

O dimensionamento da Equipe Técnica deverá ser compatível e suficiente com relação aos escopos do trabalho e seus respectivos prazos e em perfeita consonância com os requisitos técnicos de organograma e com o cronograma apresentados no Plano de Trabalho.

6. ESTRUTURA FUNCIONAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Por se tratar de serviços a serem desenvolvidos em conjunto com a equipe técnica da SOP-CE, todas as atividades de escritório, deverá ser processado, no ambiente e nas instalações do Órgão.

Ficarão a cargo da CONTRATADA os equipamentos de informática, incluindo computadores e periféricos, bem como suprimentos e material para a montagem de relatórios, gráficos e mapas, ou outros materiais ou equipamentos necessários ao bom desempenho das funções. Serão, também, de responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos relacionados com seus deslocamentos, tais como transporte, alimentação, estadia, etc.

ANEXO II – ENCARGOS SOCIAIS



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Infraestrutura

ENCARGOS SOCIAIS - HORISTAS E MENSALISTAS - TABELA SEINFRA 028.1 (DESONERADA) E 028 (ONERADA)					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TABELA 028.1		TABELA 028	
		HORISTAS %	MENSALISTAS %	HORISTAS %	MENSALISTAS %
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80	16,80	36,80	36,80
A1	INSS	0,00	0,00	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	SEGURO DE ACIDENTES	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
B	ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A	48,36	19,04	48,36	19,04
B1	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	17,85	0,00	17,85	0,00
B2	FERIADOS	3,71	0,00	3,71	0,00
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,87	0,66	0,87	0,66
B4	13º SALÁRIO	11,03	8,33	11,03	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07	0,05	0,07	0,05
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74	0,56	0,74	0,56
B7	DIAS DE CHUVAS	1,59	0,00	1,59	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11	0,08	0,11	0,08
B9	FÉRIAS GOZADAS	12,35	9,33	12,35	9,33
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04	0,03	0,04	0,03
C	ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDENCIA DE A	10,70	8,09	10,70	8,09
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,52	4,17	5,52	4,17
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13	0,10	0,13	0,10
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	1,72	1,30	1,72	1,30
C4	DEPOSITO DE RECISÃO S/ JUSTA CAUSA	2,87	2,17	2,87	2,17
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,46	0,35	0,46	0,35
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	8,58	3,55	18,29	7,38
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	8,12	3,20	17,80	7,01
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,46	0,35	0,49	0,37
TOTAL (A+B+C+D)		84,44	47,48	114,15	71,31

ANEXO III – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Concorrência Eletrônica nº 20260007-SOP

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (____) dias, contados da data de sua emissão.
- O serviço objeto da contratação terá garantia de ____ (____) ____.

3. Formação do Preço

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO IV – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****1.1. Do Rito da Avaliação**

1.1.1. A primeira etapa para a seleção do fornecedor deste certame se trata de uma fase classificatória, de avaliação de Técnica e Preço. Posteriormente, ocorrerá a fase eliminatória, para avaliar a Proposta de Preços e da Habilitação Jurídica e Técnica da empresa ou consórcio. O licitante que obtiver a maior Nota Final na primeira fase e for habilitado na fase eliminatória se caracteriza como o vencedor.

1.2. Da Fase Classificatória

1.2.1. Nessa primeira fase serão julgadas as propostas de técnica conjugadas às propostas de preço, com Nota Final de 70% para técnica, e 30% para preço.

1.2.2. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios objetivos, para os quais a Nota Técnica obtida será de até 100 pontos:

Quadro 1 – Critérios de pontuação

Itens	Descrição	Pontuação Máxima
		Total
a.	Conhecimento do Problema	35
b.	Adequação da metodologia e plano de trabalho, bem como a organização e dotação de pessoal propostos em resposta aos Termos de Referência	25
c.	Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):	30
d.	Experiência da Empresa	10

1.2.3 As notas de cada aspecto serão arredondadas até a segunda casa decimal e, após somadas para obter a nota de cada item, serão arredondadas até um número inteiro.

1.2.4. A Nota da Proposta Técnica mínima (NPT) requerida para se qualificar é 70 pontos. A licitante que zerar a totalidade de qualquer um dos critérios (a), (b), (c) e (d) será desclassificada. A metodologia de pontuação será a seguinte:

Os quesitos para os itens “a” e “b” serão:

Quadro 2 – Quesitos de avaliação itens “a” e “b”

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item forma
a.	Compreensão do problema a ser	Cada erro e/ou	5%

Quesito	Descrição	Forma de penalização	Percentual de redução sobre a nota máxima do item forma
	solucionado e dos objetivos do contrato, incluindo o entendimento do papel da contratada e da Administração. Conhecimento das condições técnicas, logísticas, ambientais, institucionais e operacionais do local de execução dos serviços além da identificação de aspectos críticos, riscos previsíveis, legislação, normas técnicas e obrigações legais aplicáveis.	ausência	
b.	Conteúdo e escopo da proposta, considerando o grau de conhecimento técnico demonstrado em estudos, projetos e serviços correlatos ao objeto desta Licitação, evidenciando a experiência e a aderência às exigências estabelecidas; Aspectos metodológicos, avaliando a coerência entre a metodologia proposta e as tarefas a serem executadas, bem como a apresentação de modificações, inovações ou métodos de trabalho que contribuam para maior eficácia e eficiência na execução dos serviços e no alcance dos resultados esperados; Plano de Trabalho, analisando seu nível de detalhamento, funcionalidade e adequação à execução dos serviços, à luz do enfoque técnico e metodológico proposto e das expectativas do Contratante quanto à condução dos trabalhos; Organização da consultora e alocação de pessoal, incluindo: composição da equipe; atribuição de responsabilidades e calendário de atividades. Incluindo as exigências de equipe mínima ANEXO A.2. – Orçamento e Composições e ANEXO A.4. – Especificações Técnicas.	Cada erro e/ou ausência	5%

1.2.5. Os quesitos para o item “c” Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave) serão:

1.2.5.1. Somente serão avaliados e pontuados os profissionais indicados para as funções de: (c.i) Engenheiro Coordenador / Consultor, (c.ii) Engenheiro Sênior / Consultor e (c.iii) Gestor de Projetos, considerando-se as parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto.

1.2.5.2. A qualificação técnico-profissional deverá obedecer aos requisitos constantes no edital.

1.2.5.3. A pontuação será computada conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Critério de pontuação para atestados e/ou certidões

QUANTIDADE DE CERTIDÕES DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.i. ENGENHEIRO COORDENADOR/ CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária e/ou Elaboração de Plano Anual de Conservação, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1,5	6
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2,5
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2,5
	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	1	2
c.ii. ENGENHEIRO SÊNIOR/ CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,5	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade	1	2

	de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;		
--	---	--	--

QUANTIDADE DE ATESTADOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.iii. GESTOR DE PROJETOS	Comprovando experiência em Planejamento e/ou acompanhamento de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km.	0,5	1

1.2.5.4. Para a função de Engenheiro Coordenador/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em qualquer área da engenharia com 10 anos no mínimo de formado.

1.2.5.5. Para a função Engenheiro Sênior/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em engenharia civil com 5 anos no mínimo de formado.

1.2.5.6. Para a função de Gestor de Projetos deverá ser apresentado atestado de participação constante na equipe técnica e nível superior em uma das seguintes áreas: Informática, Administração, Engenharia ou Arquitetura com 5 anos no mínimo de formado.

1.2.5.7. O Engenheiro Coordenador/Consultor, Engenheiro Sênior/Consultor e Gestor de Projetos deverão pertencer ao quadro permanente da empresa demonstrando através de um dos seguintes documentos:

a) Cópia autenticada da "FICHA OU LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS" onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do livro de registro de empregados, quando se tratar de empregado, comprovando que o profissional detentor do Atestado de Responsabilidade Técnica faz parte do quadro permanente da licitante.

b) Comprovação da participação societária, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social.

c) Comprovação de ser Responsável Técnico da licitante na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente.

1.2.6. A apresentação dos documentos de experiência da empresa tem como finalidade comprovar sua capacidade técnica e operacional para a execução do objeto licitado, em conformidade com as exigências previstas no edital.

1.2.6.1. Os quesitos de conteúdo para o item "d" (Experiência da Empresa) serão:

Quadro 4 – Quesitos de conteúdo item "d"

QUANTIDADE DE CERTIDÕES DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS		
EXPERIÊNCIA EMPRESA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,50	3,0
Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,5
Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,0
Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,50	1,5
Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	0,50	1,0

1.2.6.2. Serão consideradas desclassificadas as propostas técnicas com pontuação total inferior a 70 (setenta) pontos ou que obtiverem notas parciais inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total de cada item de "a" a "d".

1.2.6.3. Para avaliação das licitantes também serão considerados os registros de penalidades adquiridos pelas empresas a partir do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF

(<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>) julgados em 2ª instância, de tal forma que as licitantes serão penalizadas entre 10 a 20 pontos, dependendo da gravidade e do número de incidência do problema nos últimos 5 anos em contratos com a Administração Pública.

1.2.6.4. Serão consideradas apenas as penalidades que se encontram válidas, ou seja, que estejam aplicadas em definitivo e que não tenham sido suspensas administrativa ou judicialmente.

1.2.6.5. Será utilizada a seguinte matriz:

Quadro 5 – Matriz a ser considerada na consulta ao SICAF para penalização

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF				
Quantidade de registros de penalidades nos últimos 5 anos julgados em 2ª instância	>8	20	20	20
	6 a 8	15	20	20
	3 a 5	15	15	20
	1 a 2	10	15	20
		Advertência	Multa	Impedimento e/ou suspensão
Gravidade				

1.2.6.6. Havendo mais de um tipo de penalidade sofrida, será considerada a de maior pontuação negativa.

1.2.7. A Nota da Proposta Técnica (NPT) será obtida a partir da soma das notas dos itens “a” até “d”.

ANEXO V – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**1. Da Proposta Técnica****1.1. Conhecimento do Problema**

As licitantes deverão demonstrar compreensão do problema a ser solucionado e dos objetivos do contrato, incluindo o entendimento do papel da contratada e da Administração. Conhecimento das condições técnicas, logísticas, ambientais, institucionais e operacionais do local de execução dos serviços além da identificação de aspectos críticos, riscos previsíveis, legislação, normas técnicas e obrigações legais aplicáveis.

1.2. Adequação da metodologia e plano de trabalho, bem como a organização e dotação de pessoal propostos em resposta aos Termos de Referência

As licitantes deverão abordar sobre o conteúdo e escopo da proposta, considerando o grau de conhecimento técnico demonstrado em estudos, projetos e serviços correlatos ao objeto desta Licitação, evidenciando a experiência e a aderência às exigências estabelecidas; Aspectos metodológicos, coerentes com a metodologia proposta e as tarefas a serem executadas, bem como a apresentação de modificações, inovações ou métodos de trabalho que contribuam para maior eficácia e eficiência na execução dos serviços e no alcance dos resultados esperados; Devem apresentar um Plano de Trabalho, com detalhamento, funcionalidade e adequação à execução dos serviços, à luz do enfoque técnico e metodológico proposto e que atendam as expectativas do Contratante quanto à condução dos trabalhos; Descrever a organização da consultora e alocação de pessoal, incluindo a composição da equipe; atribuição de responsabilidades e calendário de atividades, em conformidade com a equipe mínima planejada para a execução dos serviços.

1.3. Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave)

Fazem parte da Equipe Chave os seguintes profissionais e serão avaliados conforme os seguintes critérios de pontuação:

FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.i. ENGENHEIRO COORDENADO R/ CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária e/ou Elaboração de Plano Anual de Conservação, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1,5	6
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária	0,5	2,5

FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
	pavimentada.		
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2,5
	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	1	2
c.ii. ENGENHEIRO SÊNIOR/ CONSULTOR	Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,5	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,5	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	1	2

QUANTIDADE DE ATESTADOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
c.iii. GESTOR DE	Comprovando experiência em Planejamento		

QUANTIDADE DE ATESTADOS TÉCNICOS COMPROVADOS			
FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
PROJETOS	e/ou acompanhamento de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	1	2
	Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	1	2
	Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km.	0,5	1

Para a função de Engenheiro Coordenador/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em qualquer área da engenharia com 10 anos no mínimo de formado.

Para a função Engenheiro Sênior/Consultor a experiência requerida deverá ser comprovada através de CAT - Certificado de Acervo Técnico de participação como Coordenador, Consultor ou Engenheiro Sênior devidamente registrado no CREA e nível superior em engenharia civil com 5 anos no mínimo de formado.

Para a função de Gestor de Projetos deverá ser apresentado atestado de participação constante na equipe técnica e nível superior em uma das seguintes áreas: Informática, Administração, Engenharia ou Arquitetura com 5 anos no mínimo de formado.

1.4. Experiência da Empresa

As licitantes devem apresentar documentos de experiência da empresa comprovando sua capacidade técnica e operacional para a execução do objeto licitado, conforme os seguintes critérios:

QUANTIDADE DE CERTIDÃO DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS		
EXPERIÊNCIA EMPRESA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Comprovando experiência em Planejamento e/ou avaliação de contratos de conservação rodoviária, em malha rodoviária pavimentada acima de 4.500 km.	0,50	3,0
Comprovando execução de 8.000 km de Levantamento Visual Contínuo, automatizado, em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,5
Comprovando execução de 4.000 km de Levantamento de Irregularidade Longitudinal (IRI), em malha rodoviária pavimentada.	0,50	2,0
Comprovando experiência em Planejamento, monitoramento e/ou avaliação de serviços de recuperação funcional de no mínimo 400 km em malha rodoviária pavimentada.	0,50	1,5

QUANTIDADE DE CERTIDÃO DE ACERVOS TÉCNICOS COMPROVADOS		
EXPERIÊNCIA EMPRESA	PONTUAÇÃO POR CAT	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Gestão técnica do uso e ocupação da faixa de domínio, avaliação de processos e viabilidade de uso e exploração comercial em malha rodoviária pavimentada, acima de 4.500 km;	0,50	1,0

2. Da Proposta de Preço

2.1. Resumo do Orçamento

Planilha Geral de Preços a Ser Preenchida e Apresentada na Proposta

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA CONSERVA ROTINEIRA E PREVENTIVA EM RODOVIAS E IDENTIFICAÇÃO DE OCUPAÇÃO INDEVIDA NA FAIXA DE DOMÍNIO				
1.1	APOIO E MONITORAMENTO AS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA	RELATÓRIO	12,00		
1.2	LEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO E FOTOGRÁFICO DAS RODOVIAS	KM	400,00		
1.3	GESTÃO TÉCNICA DO USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS, AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E VIABILIDADE DE USO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL	RELATÓRIO	12,00		
1.4	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL COM DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PAVIMENTOS	RELATÓRIO	12,00		
1.5	PAC - PLANO ANUAL DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	RELATÓRIO	1,00		
1.6	LEVANTAMENTO COM EQUIPAMENTO DRONE	KM	800,00		
2	IMPLEMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA MANUTENÇÃO - SIGMA				
2.1	ATUALIZAÇÃO DAS	RELATÓRIO	12,00		



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	INFORMAÇÕES, IMPORTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES E CONFIGURAÇÃO DO SIGMA				
3	ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO PREVENTIVA E FUNCIONAL				
3.1	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO FUNCIONAL	RELATÓRIO	12,00		
4	ESTUDOS DE CAMPO VISANDO O ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE E DA DINÂMICA DA MALHA RODOVIÁRIA				
4.1	LVC LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO	KM	20.000,00		
4.2	LEVANTAMENTO DE IRREGULARIDADE LONGITUDINAL MEDIDO COM PERFILÔMETRO A LASER	KM	10.000,00		
4.3	LEVANTAMENTO DE DEFLEXÃO COM FWD - PASSO 500M	KM	400,00		
4.4	CONTAGEM VOLUMÉTRICA CLASSIFICATÓRIA 24 H COM EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO POR 4 DIAS	PONTO	24,00		
4.5	LEVANTAMENTO DE ELEMENTOS RODOVIÁRIOS	KM	2.000,00		
4.6	LEVANTAMENTO DE ACESSOS, ENGENHOS PUBLICITÁRIOS, OCUPAÇÃO INDEVIDA	KM	100,00		
4.7	LEVANTAMENTO DE CAMPO DOS ELEMENTOS AÉREOS E ENTERRADOS	KM	100,00		
5	AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PLANOS ESTRATÉGICOS, PROJETOS PRIORITÁRIOS E PROCEDIMENTOS GERENCIAIS DA SOP-CE				
5.1	PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, ANÁLISE FÍSICO-	RELATÓRIO	12,00		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	FINANCEIRA E ASSESSORAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS				
5.2	CIDE - PLANO DE TRABALHO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO	1,00		
5.3	SRE - SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	RELATÓRIO	1,00		
TOTAL GERAL					

2.2. Composições de Preços

Segue as Composições de Preços Unitários dos Produtos a serem preenchidas na proposta. As quantidades indicadas nesta composição para pessoal técnico e despesas gerais foram consideradas como mínimas obrigatórias para a realização do produto.

ATIVIDADE :	APOIO E MONITORAMENTO AS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO ROTINEIRA E PREVENTIVA				
Código	Descrição	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Sub-Total
Grupo A	PESSOAL TÉCNICO				
18960	ENGENHEIRO COORDENADOR	HxMÊS		0,10	
18582	ENGENHEIRO SENIOR	HxMÊS		0,30	
18583	ENGENHEIRO PLENO	HxMÊS		1,00	
18584	ENGENHEIRO JÚNIOR OU GESTOR DE PROJETOS	HxMÊS		0,50	
18598	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	HxMÊS		0,50	
Grupo B	DESPESAS INDIRETAS		SOBRE A		
Grupo C	DESPESAS GERAIS				
18606	VEÍCULO LEVE C/ COMBUSTÍVEL E MOTORISTA	UNxMÊS		0,50	
18610	COMPUTADOR	UNxMÊS		2,40	
Grupo D	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA		SOBRE A a C		
Grupo E	DESPESAS FISCAIS		SOBRE A a D		
TOTAL (SOMA DOS GRUPOS A, B, C, D)					
PRODUTIVIDADE MENSAL		RELATÓRIO		1	

ANEXO VI – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO

1. O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada proponente observará a fórmula a seguir:

$$NPP = 100 * (x1 / x2)$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços de cada proponente;

x1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

x2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

1.1. O cálculo da Nota Final dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorações das propostas de técnica e de preço, conforme apresentado a seguir:

$$NF = (70\% * NPT + 30\% * NPP)$$

Onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preços.

1.2. Após a análise das propostas técnicas de todos os licitantes, essas serão classificadas em ordem decrescente.

1.3. Observado o disposto, o licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a MAIOR Nota Final.

ANEXO VII – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 2026 – SOP

Processo nº 43022.003505/2025-47

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência Eletrônica nº 20260007 - SOP, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Concorrência Eletrônica nº 20260007 - SOP ao Termo de Referência, a proposta do contratado e todos os anexos, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa de consultoria para Execução de Apoio Especializado na Gestão Técnica do Planejamento, Planos de Ação, Controles e Monitoramentos de Manutenção e Conservação das Infraestruturas Viárias sob Administração da Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará – SOP-CE**, nas condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência, na proposta do CONTRATADO e todos os anexos do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.1.1. Os pedidos de prorrogação contratual deverão ser protocolados até 40 (quarenta) dias antes do termo da vigência.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que tem necessidade permanente da administração, cuja interrupção comprometeria a regularidade e a eficiência das atividades institucionais da Superintendência de Obras Públicas (SOP), no caso em análise, os serviços de apoio técnico ao planejamento, acompanhamento, controle e monitoramento da manutenção e conservação da infraestrutura viária demandam execução ininterrupta, com avaliações sistemáticas, atualização contínua de bases técnicas, monitoramento recorrente do desempenho da malha rodoviária e suporte permanente às decisões administrativas e operacionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a descontinuidade dos serviços acarretaria prejuízos à segurança viária, a eficiência do planejamento, a adequada aplicação dos recursos públicos e ao cumprimento das atribuições finalísticas da SOP.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

5.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

5.2.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.2 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pelo CONTRATANTE (02/2026).

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação do índice estabelecido no subitem 10.6.2 do Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador)

aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente

identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO E ADICIONAL

GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

GARANTIA ADICIONAL

12.2. Caso a proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, será exigida uma garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste contrato (inteligência do §5º do art. 59 da Lei federal nº 14.133/2021).

12.2.1. Aplica-se, no que couber e que não colidirem, aquelas regras que regulam a garantia da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1% (um por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.1.1.1. Classificação Funcional: 43200007.26.782.261.11637 – Apoio a Gestão Rodoviária; Elemento de Despesa: 449035 – Serviços de Consultoria; Região: 03 – Grande Fortaleza; Fonte: (704) - (044) – Indenização pela Extração de Petróleo Xisto e Gás - Royalties.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

20.1. O recebimento dos serviços encontra-se descrito no subitem 10.1 do Termo de Referência do edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)

ANEXO VIII – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260007 - SOP
PROCESSO Nº 43022.003505/2025-47

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)
(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)
(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO IX – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260007 - SOP
PROCESSO Nº 43022.003505/2025-47

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____.
DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)
(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

DECLARAÇÃO

(nome /razão social) _____, inscrita
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções
administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação
anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

ANEXO XI – MODELO DE RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE

RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE - ART, 69 - § 3º DA LEI 14.133					
LICITANTE					
EDITAL Nº					
ITEM	Nº CONTRATO	CONTRATANTE	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VALOR JÁ FATURADO (R\$)	SALDO FINAL DO CONTRATO (R\$)
		Inserir quantas linhas forem necessárias			
TOTAL GERAL					

1 - Os licitantes deverão relacionar **TODOS OS CONTRATOS ATIVOS** de execução de obras e serviços que mantém com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DO DISTRITO FEDERAL**.

2 - Em face de diligência durante a análise, poderá ser solicitado aos licitantes a comprovação da exequibilidade através de cópia de contratos.

3 - Declaramos nos termos do § 3º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sob as penas da lei, neste ato assinado pelo representante legal da empresa e o Contador Responsável pela empresa que as demonstrações desta relação correspondem à real situação financeira da empresa nesta data.

4- A não apresentação dos documentos solicitados são motivos de desclassificação dos Licitante

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

Contador responsável pela Empresa:
Nome e CRC n.º: